

UMA DEMÃO DE VERDE: OS LAÇOS ENTRE GRUPOS AMBIENTAIS, GOVERNOS E GRANDES NEGÓCIOS*

ANDRÉA RABINOVICI¹

Sucesso e suspeita caminham juntos; a percepção, a análise e interpretação dos fatos relacionados ao sucesso às vezes demoram um pouco... O ambientalismo, seus protagonistas individuais e institucionalizados, principalmente em Organizações Não Governamentais (ONGs), têm ganhado importância e visibilidade crescentes desde a década de 1960.

Um campo por definição transversal, que lida com assuntos globais e com questões das quais depende o futuro de todos no planeta, tem merecido atenção. Muito difícil avaliar as ações... Deve-se escolher um ângulo, um ator para, a partir dele, tentar concluir algo. É o que faz Elaine Dewar, ao escolher as ONGs canadenses e seus principais participantes para compreender as conexões existentes entre elas, governos e empresas privadas em suas batalhas para salvar o planeta, tendo o Brasil importância crucial na trama.

Os laços entre esses atores e entidades não são novidade e têm sido tratados por diversos pensadores (vide sugestões de leitura ao final do texto), políticos, militares e militantes, muitas vezes em tons conspiratórios, como a publicação *Máfia Verde*, onde ambientalistas e ONGs são acusados de serem os maiores entraves ao progresso humano.

A desconfiança proveniente da visibilidade que as ONGs alcançaram, especialmente as transnacionais, pede investigações de todos os tipos e suscita questões interessantes.

No Brasil, vez por outra, tenta-se implementar uma CPI no Congresso Nacional para verificar o repasse de grandes quantias de recursos a algumas centenas de ONGs, especialmente na região Amazônica, onde, apesar da grande cobertura da mídia, do conhecimento científico amplamente divulgado, da crescente consciência da população, da presença militar, da legislação ambiental e dos mecanismos de proteção sofisticados, além de muito

*Do original: *Cloak if Green: the links between key environmental groups, government and big business*; Elaine Dewar, 1995. Tradução de Yára Nogueira Muller, Gildo Magalhães, Geraldo Luís Lino. Rio de Janeiro, Capax Dei, 2007, 528 p.

¹Professora da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Campus Sorocaba, Doutoranda NEPAM-UNICAMP, Diretora de Projetos ONG Physis - Cultura & Ambiente.

Autor para correspondência: Andréa Rabinovici, Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, Campus Sorocaba, Rod. João Leme dos Santos, Km 110-SP-264, Bairro do Itinga, CEP 18052-780, Sorocaba, SP, Brasil. Fone: (15) 3202-2471. E-mail: andrea@ufscar.br

Recebido: 14/2/2008. Aceito: 22/4/2008.

dinheiro para sua conservação, poucos resultados concretos são observados, como no caso emblemático do desmatamento crescente.

O livro de Elaine Dewar, uma renomada jornalista canadense que já havia escrito “*Bones: Discovering the First Americans*” (2001) e “*The Second Tree: Of Clones, Chimeras and Quests for Immortality*” (2004), é uma contribuição de fôlego para alertar e informar sobre essas conexões entre atores e instituições governamentais, não governamentais e empresariais.

Com suas quase 500 páginas, o livro demorou sete anos para ser escrito. De 1988 a 1995 a autora pôde acompanhar todos os tipos de articulações feitas para compor o que ela chama de “Agenda de Governança Global”, incluindo o marco da Conferência RIO-92. A forma instigante como é escrito facilita sua leitura, mesmo havendo uma infinidade de minúcias, com detalhes de personagens e instituições canadenses desconhecidas para grande parte dos brasileiros, mas que espelham e, com certeza, influenciaram nossos protagonistas.

Todos os detalhes são fundamentais, inclusive os presentes nas extensas notas que aparecem no final do livro. Com as investigações da autora, descobrimos fatos e dados sobre nossas ONGs¹, seus protagonistas, alguns conhecidos cientistas, universidades e instituições de pesquisa. Em sua visita ao Brasil ela pôde entrevistar lideranças que são citadas, às vezes compartilhando, ora endossando os interesses externos, talvez desconhecidos aos olhos dos brasileiros mais atentos.

As ciências sociais são provocadas para uma constante e necessária auto-reflexão, sobre o uso político da antropologia (organizar as comunidades para falar por si, elevar suas consciências, abrir oportunidades, criar espaços políticos, torná-las independentes financeiramente, atribuir novas bandeiras e ajudar a criar heróis entre os caiapós - como Paikan -, ou os seringueiros, como Chico Mendes, transformando-os em ambientalistas, oferecendo segurança...). No livro a autora descreve brevemente os perfis de antropólogos atuantes no Brasil ou que tangenciaram as questões ambientais, como Darrell Posey, Maybury Lewis, Terence Turner e Margaret Mead, traçando com isso um pequeno histórico da antropologia indígena e sua relação com o meio ambiente.

A formação de uma rede ampla, composta por um seleto grupo de protagonistas, se repete no Brasil, e é por isso que devemos dar atenção ao livro, tentando compreender quais são as pontas dessa rede que estão aqui. O que nossos atores sociais têm em comum? No que essa história influenciou nossas ONGs, à época sendo formadas, e quanto ainda influencia? Por quê houve (há) a criação de demandas ambientais a partir de outras tantas? Para quê? O que está por trás de tudo isso? Em ONGs não ambientalistas isso se repete? Essas são algumas questões derivadas que a autora prenuncia e que sugerem reflexão ao leitor, para algumas das quais ela própria esboça alternativas de respostas.

A conclusão do livro nos apresenta, de forma negativa, as maiores ONGs Canadenses e coloca o Brasil como alvo prioritário do aparato internacional que orienta os padrões de desenvolvimento em seus benefícios particulares, ideológicos, políticos ou econômicos.

Ao investigar sete grandes ONGs Canadenses ou com sede no Canadá (WWF, *Pollution Probe*, Amigos da Terra, Comitê de Áreas Selvagens do Canadá Ocidental (WCWC), Fundação Harmonia, Sobrevivência Cultural, *Energy Probe Research Foundation/Probe International*), ela tenta descobrir, além de onde obtinham seu dinheiro, qual era o

relacionamento delas com seus membros, se eram democráticas, representativas e/ou transparentes. A autora, decepcionada com as descobertas, conclui seríssimas questões.

As ONGs pesquisadas: apoiavam ativamente e promoviam facetas diversas da Agenda de Governança Global; em conjunto recebiam mais de 10 milhões de dólares anuais em donativos, bolsas e outros rendimentos, e gastavam grande parte defendendo interesses específicos junto a governos e ao público em geral; assumiam uma fachada de independência crítica de governos e negócios a despeito de serem estes os seus doadores; não praticavam democracia, participação e transparência em sua gestão e definições políticas; apresentavam relatórios descuidados com declarações financeiras incompletas; recebiam dinheiro de quaisquer doadores (inclusive dos que compram influência política); contrataram pessoas que trabalharam em agências de inteligência; eram dúbias em seus objetivos e missões que podiam ser lidos e interpretados de diversas maneiras; não tinham capacidade de testar os produtos e marcas que endossavam; desorientavam seus públicos com informações incorretas para obter fundos; tinham como protagonistas as mesmas pessoas, um grupo seletivo e interligado; muitas mediam sua eficácia pelo número de vezes que apareciam na mídia ou respondiam às suas solicitações; todas apresentavam grande capacidade de arrecadar dinheiro e de se “transformar” num grupo de ativistas; e constituíam canais para repasse de dinheiro governamental para ONGs menores em outros países, tendo capacidade para apagar as linhas divisórias entre negócios, política e atividades beneficentes.

Afora isso, a autora questiona o significado do “ser membro de uma ONG”, já que uma vez feita uma doação ou a filiação (amplo isso para o simples ato de “cliquear em um site na internet” ou “usar o cartão de crédito em prol de alguma entidade ou campanha”) o cidadão passa a ser considerado membro sem precisar nunca comparecer a uma reunião ou eleger os membros dirigentes. Esse fato é preocupante, na medida em que a apatia é apontada como um dos grandes problemas da atualidade, distanciando a população do prazer de ser protagonista em busca de soluções e desmobilizando quaisquer aspirações e utopias.

O livro, excelente registro histórico, constitui quase uma etnografia das ONGs canadenses focadas no Brasil e dá margem a muitas novas perguntas, sendo boa fonte para futuras pesquisas.

No Brasil (que, segundo a autora, definitivamente não é um “país de ingênuos”) as ONGs funcionavam como membranas permeáveis por meio das quais governos e empresas podiam fazer acertos com tomadores de decisões na maior economia da América Latina, exercer pressão sobre autoridades com grandes e pequenas doações através das quais o seu comportamento podia ser administrado.

Para a “Agenda”, importante era que os problemas locais fossem desvinculados do debate sobre o ambiente, dando espaço a grandes fenômenos ambientais globais aterrorizantes e impossíveis de serem resolvidos em escala local, tornando necessárias as alianças e a relativização das soberanias, e ampliando o poder das instituições supranacionais. Nessa Agenda tem espaço atores sociais previamente selecionados, tendo as ONGs brasileiras, mesmo as maiores, pouquíssima influência.

Na escala brasileira, as ONGs mais influentes, até hoje, obtêm dinheiro e orientação política (ou ambos) de governos e grandes doadores corporativos internacionais. Às vezes com poucos membros, e questionável legitimidade junto ao seu público, elas conti-

nuam a obter recursos. Por meio de uma constante atividade de propaganda, estabelecem as margens do debate público e suas idéias muitas vezes são reconhecidas e trabalhadas pelos governos, quando não são suas parceiras. São questionadas por grupos de base como entraves à sua existência.

A autora é profética ao escrever, na página 336 do livro:

Ao final de 1991, eu já me tornara altamente cética sobre os motivos dos que estavam no círculo. Eu havia chegado à conclusão de que a poluição transfronteiriça estava sendo usada como um instrumento de propaganda para vender aos descrentes a necessidade de níveis regionais e globais de governança. O “pensar globalmente, agir localmente”, era apenas outra frase de efeito propagandística. O público estava sendo persuadido a aceitar a proteção do meio ambiente com base em um modelo de mercado: regulamentos seriam substituídos por leis permitindo o comércio de débitos e créditos de poluição. Se os associados de Strong tivessem sucesso, em breve, os débitos e créditos de poluição estariam sendo comercializados globalmente, da mesma maneira que pernis de porco e derivativos financeiros. Por volta do ano 2000, restariam poucas entidades nacionais independentes capazes de defender as comunidades locais dos leviatãs internacionais. As comunidades locais competiriam entre si pelos favores dos grandes interesses. Aqueles de nós que viéssemos nas margens brutais dessas novas potências mundiais nos veríamos gratos em comercializar com qualquer um a qualquer preço.

O que fazer então? O livro pode provocar no leitor uma desorientação, indignação e descrença. Quem vê (ou via) no fortalecimento do ambientalismo e das ONGs a única saída para o futuro viável, fica estimulado a pensar cuidadosamente sobre as conclusões da autora e a fazer a leitura crítica das pressões que bombardeiam e, muitas vezes, afastam-nos das soluções mais simples. Além disso, o leitor deve atentar às estratégias existentes, atores e entidades voltadas para uma efetiva mudança de valores e atitudes, para uma educação ambiental crítica, revolucionária e desvinculada dos paradigmas mercadológicos - incluindo aí o conceito de desenvolvimento sustentável. Deve conhecer ONGs e movimentos nos quais ainda exista a pretensão e o trabalho concreto de transformação do seu entorno.

A crítica construtiva à atuação das ONGs ambientalistas deve abrir espaço para o que o ambientalismo pode trabalhar: a solidariedade e o que Boaventura Souza Santos denomina de democracia de alta intensidade. Nesse contexto, as ONGs e os movimentos sociais teriam condições de atuar, inovar e criar alternativas, para uma real possibilidade de emancipação social, para a criação de uma cidadania pós-nacional, com o multiculturalismo, o direito difuso, a diversidade socioambiental, e a valorização de conhecimentos diversos ao científico, acessíveis a todos. Tudo isso constitui potencialidade, desafio enorme e uma real e necessária “Agenda”.

Para saber mais

BARROS, F. L. de. Banco Mundial e ONGs Ambientalistas Internacionais: interações sobre desenvolvimento, governança e participação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE

- PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE - ANPPAS, 3, 2006, Brasília – DF. **Anais...** Brasília: ANPPAS 2006, 16 p. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA76-07032006-201259.DOC>.
- BENTES, R. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 225-240, 2005.
- FERREIRA, L. C. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 35-54, 1999.
- FINGER, M. NGOs and transformation: beyond social movement theory. In: PRINCEN, T.; FINGER, M. **Environmental NGOs in world politics: linking the local and the global**. London: Routledge, 1994. p. 48-65.
- INOUE, C. Y. A. **Regime global de biodiversidade: o caso Mamirauá**. Brasília: Editora UNB, 2007.
- SCHMINK, M.; WOOD, C. H. Contested frontiers in Amazonia: Introduction. In: **CONTESTED FRONTIERS IN AMAZONIA**. New York: Columbia University Press, 1992. p. 1-32.
- YEARLEY, S. **Sociology, environmentalism, globalization: reinventing the globe**. London-Thousand Oaks- New Delhi: SAGE Publications, 1996.
- ZHOURI, A. Árvores e gente no ativismo transnacional: as dimensões social e ambiental na perspectiva dos *campaigners* britânicos pela Floresta Amazônica. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 9-52, 2001.

Notas

- ¹ SOS Mata Atlântica, IBASE, INESC são algumas que a autora visitou pessoalmente.

